

LEVANTAMENTO DA COMPETÊNCIA SOCIAL E PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO DE CRIANÇAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

Sandra Duarte Antão¹

Ana Cláudia de Azevedo Peixoto²

Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2016), a compreensão de saúde mental transcende a inexistência de um transtorno, necessitando assim de um olhar amplo, que permita uma compreensão integrada a partir de indicadores socioeconômicos, biológicos e ambientais. No entanto, vários fatores podem afetar esta capacidade, dentre eles, a vulnerabilidade social, que expõe as pessoas desta condição a fatores adversos e muitas vezes a dificuldades de acesso às estratégias de resolução de problemas efetivas. Conforme apontam Cançado, De Souza e Da Silva Cardoso (2014), os indicadores de pobreza e baixa escolaridade associados às instabilidades socioeconômicas encontrados em uma população, afetam diretamente a qualidade da saúde mental desta, assim como a exclusão social e a exposição à violência. Tais impactos gerados pela exposição à vulnerabilidade social, tornam-se ainda mais graves quando evidenciam os danos causados na população infantojuvenil. De acordo com pesquisa divulgada pela Empresa Brasil de Comunicação (2018), mais de 40% de crianças e adolescentes de até 14 anos vivem em situação de domiciliar de pobreza no Brasil. Conforme dados divulgados em documento elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2018) cerca de 8,8 milhões sofrem algum tipo de privação em educação, aproximadamente 10 milhões não possui acesso à internet, dos quais 70% são negros, indicando a disparidade racial instalada. No que concerne ao trabalho infantil, 2,5 milhões de crianças realizam algum tipo de atividade econômica. A existência da correlação entre a precariedade social e econômica e os impactos gerados na saúde, mostra-se como

1. Mestre em Psicologia/ Programa de Pós-Graduação/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica – RJ, Brasil. 2. Doutora em Psicologia/ Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica – RJ, Brasil.

realidade para muitas crianças e adolescentes. É importante destacar que a regulação emocional possui relação intrínseca com a competência social. Desta forma, déficits apresentados no processamento das emoções, irão resultar em danos intrapessoais, diminuindo a interação e perpetuando o ciclo de sofrimento da criança e adolescente (ROCHA, 2016). Ainda sobre o contexto de violações sofridas, é relevante destacar a violência também como um fator que afeta diretamente a vida de crianças e adolescentes no país. Estudos apontam que 80% dos casos de violência notificados possuem ocorrência no âmbito familiar e 59% das denúncias registradas pelo disque 100 estavam relacionadas à violência contra crianças e adolescentes (BRASILIA,2015; HABIGZANG,2006). Segundo Barnett (1997 apud MAIA, 2005, p.92) “nenhum outro fator de risco tem uma associação mais forte com a psicopatologia do desenvolvimento do que uma criança maltratada”. A justificativa encontrada para este estudo norteou-se pelos dados apresentados acima e também pela ideia cada vez mais difundida em pesquisas de que intervenção na infância se demonstra como potencial ferramenta para prevenção e promoção de saúde.

Metodologia

Foi realizada a aplicação do instrumento Child Behavior Checklist (CBC que é parte de um sistema de avaliações desenvolvido por Achenbach e Rescorla (2001) que avalia os comportamentos infantis por faixa etária. O instrumento possui 138 questões, sendo 20 destinados a avaliação da competência social da criança e 118 relativos a problemas de comportamento totalizando 11 escalas de avaliação. As respostas foram encaminhadas para o setor responsável pela correção do Sistema Achenbach (Achenbach System of Empirically Based Assessment - ASEBA). O programa inclui módulos para digitar e analisar os dados obtidos através deste instrumento. A partir desse resultado, os dados permitiram a classificação da criança nas categorias clínica, não-clínica e limítrofe. Também podem ser classificados nos perfis internalizante e externalizante. Não se trata de um diagnóstico, mas uma análise do funcionamento global da criança. Conforme indicado em pesquisas que utilizam o CBCL, a categoria limítrofe foi incluída na categoria clínica (WIELEWICKI, GALLO E

GROSSI,2011; BORSA E NUNES,2008). Foi solicitado aos pais que comparassem o comportamento de seus filhos com o de outras crianças da mesma idade, nos quesitos desempenho e tempo despendido em cada atividade, assinalando como abaixo da média, dentro da média ou acima da média. Foram avaliadas 21 crianças entre 6 e 11 anos neste estudo. Esta etapa foi realizada individualmente com os responsáveis.

Resultados e Discussão

Ao realizar a estatística descritiva dos dados, observa-se que ao considerar os resultados classificados como clínico e limítrofe, foi observada uma frequência de 90% de crianças com dificuldades no que concerne a competência social. É essa competência que permite, entre outras possibilidades, o entendimento sobre a aplicação das normas sociais bem como a adequação a elas, incidindo sobre as habilidades para regular as emoções principalmente as consideradas desagradáveis. 76 % (N=16) das crianças avaliadas já apresentam sintomas na Escala de Comportamentos Internalizantes (com a presença de sintomas de ansiedade, isolamento depressão e queixas somáticas) quando consideradas as categorias clínica e limítrofe.

Na Escala de Comportamentos Externalizantes, 90% (N=19) das crianças apresentam sintomatologia compatível, sendo esta escala caracterizada por comportamentos manifestos e desajustados tais como agressividade, agitação psicomotora e comportamento delinquente, exercendo influência direta no ambiente (Escala sobre Comportamento de Quebrar Regras e Comportamento Agressivo). Pesce (2009) apresenta que a prevalência de comportamento agressivo na primeira infância gira em torno de 10% podendo chegar a 25% entre crianças com desvantagem socioeconômica. Além disso, a autora expõe a alta prevalência existente entre a presença de comportamentos antissociais e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, Transtorno de Conduta, Transtorno Desafiador Opositivo, sendo este último considerado importante preditor de comportamento transgressor em jovens. Dados dessa pesquisa indicaram que 43% (N=9) manifestaram problemas de atenção e hiperatividade bem como problemas de

conduta e 62% (N=13) apresentaram problemas desafiadores de oposição. Nesta pesquisa, foi encontrado 62% (N=13) de crianças com problemas de Estresse, outro dado preocupante quando percebemos tantos possíveis efeitos negativos que podem ser gerados na vida das crianças, afetando seu desenvolvimento. Além dos dados acerca dos problemas de comportamentos encontrados nesta população, esta pesquisa também evidenciou a demarcação racial encontrada nas condições de vulnerabilidade social. Nesta pesquisa, 100% das crianças avaliadas eram pretas. Um estudo conduzido pelo IBGE (2018) denominado Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil indicou que, no que concerne à pobreza monetária, pessoas pretas ou pardas com rendimento abaixo da linha pobreza representam mais que o dobro de pessoas brancas nessa condição.

Considerações Finais

Os resultados apresentados nesta pesquisa permitem reflexões sobre a necessidade de revisão das políticas de saúde mental aplicadas a crianças e adolescentes, principalmente no que concerne ao refinamento de práticas avaliativas para levantamento das necessidades de determinada realidade. E ainda estudos que abarquem questões étnicos raciais, pois conforme apontado, a desigualdade social tem uma cor nesse país, e é a população preta que reflete essa estatística. Como um estudo transversal e exploratório, esta pesquisa tem em seus limites o cuidado com generalizações, pois esta foi a realidade encontrada na população delimitada para este estudo. Mas conforme referencial teórico utilizado, o embasamento desenvolvido permite perceber que esta demanda indica ser muito maior do que a alcançada nesta investigação, justificando assim estudos com um número maior de participantes para conclusões mais robustas.

Referências

ANTÃO, S. D. Proposta de intervenção psicossocial para crianças em vulnerabilidade social focada em habilidades socioemocionais. 2020. 112p. **Dissertação do Mestrado em Psicologia**. Orientadora Prof.^a Dr.^a Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

BORSA, Juliane Callegaro; NUNES, Maria Lucia Tiellet. Concordância parental sobre problemas de comportamento infantil através do CBCL. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 18, n. 40, p. 317-330, 2008.

BRASILIA, Balanço Anual da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2016/janeiro/CARTILHADIGITALBALANODODISQUE1002015.pdf>. Acesso em: 10 jan.2020

CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA Rayssa Silva; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. Trabalhando o Conceito de Vulnerabilidade Social. In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, São Paulo, 2014. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf. Acesso: 12 fev 2020.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC. Mais de 40% dos brasileiros até 14 anos vivem em situação de pobreza. Brasília, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-04/mais-de-40-dos-brasileiros-ate-14-anos-vivem-em-situacao-de-0>. Acesso em:26 fev. 2020

HABIGZANG, Luísa Fernanda. **Avaliação e intervenção psicológica para meninas vítimas de abuso sexual intrafamiliar**.89f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE). Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil 41^a ed. Brasília: Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica; 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso: 30 Nov. 2019

MAIA, Joviane Marcondelli Dias; WILLIAMS, Lucia Cavalcanti de Albuquerque. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em psicologia**, v. 13, n. 2, p. 91-103, 2005.Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2005000200002. Acesso: 30 Nov. 2019

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS. Organização Mundial da Saúde – OMS. OPAS/ OMS apoia governos no objetivo de fortalecer e promover a saúde mental da população. Brasília, 2016. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5263:opas-oms-apoia-governosno-objetivo-de-fortalecer-e-promover-a-saude-mentaldapopulacao&Itemid=839. Acesso em: 26 fev. 2020.

ROCHA, Ana Maria; CANDEIAS, Adelinda Araújo; DA SILVA, Adelina Lopes. Regulação das emoções na infância: Delimitação e definição. **Psychologica** 61-1, p. 7, 2018. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/psychologica/article/view/1647-8606_61-1_1. Acesso em 26 fev .2020.

UNICEF. **Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil**. Brasília, 2018. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/2061/file/Bem-estar-e-privacoes-multiplas-na-infancia-e-na-adolescencia-no-Brasil.pdf>. Acesso: 26 fev 2020.

WIELEWICKI, Annie; GALLO, Alex Eduardo; GROSSI, Renata. Instrumentos na prática clínica: CBCL como facilitador da análise funcional e do planejamento da intervenção. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto , v. 19, n. 2, p. 513-523, dez. 2011.